**Os Agentes de Apoio à Educação Especial do município do Rio de Janeiro e a Comunicação Alternativa**

Kássia Oliveira dos Santos[[1]](#footnote-1)

Sarah Elizabeth Monteiro de Souza[[2]](#footnote-2)

Orientadora: Carolina Rizzotto Schirmer[[3]](#footnote-3)

Programa de Pós-Graduação em Educação ProPEd;

Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Estado do Rio de Janeiro.

**Resumo**

A comunicação é um direito humano fundamental. Proporcionar uma forma aumentativa e alternativa de comunicação potencializa a autonomia e inclusão de pessoas com Necessidades Complexas de Comunicação (NCC). Logo, a formação de profissionais para dar suporte à inclusão escolar é uma necessidade eminente. Agentes de Apoio à Educação Especial (AAEE) necessitam de subsídios para serem interlocutores hábeis desses estudantes que demandam de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA). Realizamos uma pesquisa exploratória e descritiva de natureza qualitativa. Desenvolvemos e enviamos aos grupos de *WhatsApp* de AAEE, um questionário no *Google* Formulários, com 12 questões. Os objetivos foram: relatar a experiência dos AAEE do município do Rio de Janeiro junto a estudantes com NCC, dar voz aos profissionais e contribuir para políticas de formação na área. Os dados revelam a necessidade de investir na formação desse profissional que vem atuando com os estudantes com NCC sem o conhecimento da CAA.

**Palavras Chaves:** Profissional de Apoio, Formação em Serviço, Acessibilidade, Comunicação.

**1. INTRODUÇÃO**

A Secretaria Municipal Educação da cidade do Rio de Janeiro utiliza a nomenclatura de Agente de Apoio a Educação Especial (AAEE) para os profissionais que auxiliam nos processos de inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar. Esse cargo foi criado em 2014, ano do primeiro concurso. Após a realização deste processo seletivo, os subsequentes foram realizados no modelo de contrato temporário com a duração de dois anos cada. O último que se tem registro aconteceu em fevereiro de 2023. Há AAEE contratados e efetivos no exercício da função em todas as onze Corregedorias Regionais de Educação (CREs). Os critérios de seleção para o desempenho da atividade são: a idade mínima de cada profissional é de 18 anos; a formação mínima exigida para o exercício do cargo é apresentar o Certificado de conclusão do Ensino Médio e ser brasileiro nato ou naturalizado. Atualmente, o salário desses profissionais é de, aproximadamente, R$1.435, sem os descontos, para 40 horas semanais de trabalho (Diário Oficial municipal do Rio de Janeiro, 2014).

As atribuições do cargo são: a de acompanhar e a de participar sistematicamente dos cuidados essenciais referentes à alimentação, à higiene pessoal, à educação, à cultura, à recreação e ao lazer dos estudantes; colaborar com o Professor Regente e/ou Direção quando da execução das atividades propostas aos estudantes, interagir com os demais profissionais da instituição; apoiar o processo de inclusão do estudante com deficiência; receber e acatar, criteriosamente, a orientação e as recomendações do professor no trato e no atendimento ao estudante; executar tarefas relativas à observação de registros e à avaliação do comportamento e o desenvolvimento infanto-juvenil, sob a orientação e supervisão do Professor Regente; disponibilizar os materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades desenvolvidas pelo Professor Regente; executar tarefas relativas à observação das alterações físicas e de comportamento do estudante.

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência aprovou a Lei 3205 em 2021, que amplia o número de atividades exercidas pelos profissionais que prestam apoio escolar aos estudantes com deficiência. O texto alterou o Lei Brasileira de Inclusão (LBI), pois atualmente além do suporte em tarefas como alimentação, higiene e locomoção desses estudantes (já previstos e descritos na legislação anteriormente), os profissionais de apoio escolar também são responsáveis pela inclusão pedagógica, o que envolve mediar a comunicação. O texto prevê que o profissional de apoio escolar seja formado preferencialmente em nível superior e que essa qualificação esteja vinculada ao nível de complexidade do atendimento prestado (Brasil, 2021).

A Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) é uma modalidade da Tecnologia Assistiva[[4]](#footnote-4) (TA) e envolve o uso de sistemas e recursos alternativos que oferece a pessoa com Necessidades Complexas de Comunicação[[5]](#footnote-5) (NCC) possibilidades para se comunicar (Togashi, 2014).

Sendo assim, o estudo que será apresentado buscou: identificar o perfil dos AAEE e a compreensão deles sobre os recursos da CAA; relatar a experiência dos AAEE do município do Rio de Janeiro junto a estudantes com NCC e por fim, buscou-se evidenciar o que esses profissionais consideram ser o maior desafio no exercício de sua função em escolas da rede pública de ensino.

**2. MÉTODO**

Realizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva de natureza qualitativa. Participaram do estudo 11 profissionais AAEE. Utilizamos um questionário com o intuito de compreender o que os profissionais conhecem sobre CAA. O estudo foi desenvolvido em três etapas. Na primeira, foi elaborado o questionário no Google Formulários com12 questões. Na segunda etapa o instrumento foi enviado aos grupos de *WhatsApp* de AAEE. A coleta de dados ocorreu em setembro de 2023. Todos consentiram com a participação no estudo. Na terceira etapa realizou-se a análise dos dados. A pré-análise consistiu na organização de uma planilha no *software* Excel. Realizou-se, então, uma análise de conteúdo (AC)., utilizando-se a técnica de análise categorial (Bardin, 2016). Por fim, fizemos a triangulação de dados.

**3. RESULTADOS**

Responderam ao questionário 11 profissionais do AAEE, sendoque 6 (54,5%) dos AAEE eram da 4º CRE, 2 (18,2%) da 5º CRE, 1 (9,1%) da 1º CRE e 2 (18,2%) da 8º CRE.

Desses profissionais, 9 (82%) dos AAEE já deram suporte a estudantes com NCC. Sobre já ter realizado algum curso, disciplina ou pós-graduação sobre CAA ou TA, apenas 4 (36,4%) afirmaram que haviam participado de formação nas áreas. Dois profissionais revelam ter tido acesso a conteúdo sobre TA e CAA em pós-graduação lato sensu em Educação Especial e Inovação Tecnológica na UFRRJ, 1 em curso livre ofertado pelo MEC e 1 durante a graduação fazendo estágio não obrigatório.

Sobre a TA, 8 (72,7%) afirmaram já ter algum conhecimento. De forma geral, citaram a TA como “uma ferramenta que traz mais liberdade à pessoas com deficiência, promovendo maior autonomia”.

Quando perguntados sobre a área de CAA, 7 (63,6%) já ouviram falar, porém descreveram que tratam-se de “ imagens por cartões”, “placas com figuras” e símbolos para facilitar, de maneira visual e tátil, a fala de crianças que não verbalizam”. Dos 11 participantes, 10 (90,9%) gostariam de realizar um curso sobre CAA.

Os participantes contaram que a maior dificuldade em atender estudantes com NCC, de forma geral, é a falta de apoio e diálogo da escola com os AAEE e responsáveis. Também citam ausência de recursos materiais, além da dificuldade de conseguirem compreender quais são as necessidades dos estudantes com NCC.

Dentre os AAEE participantes apenas 1(9%) não acredita que os estudantes se beneficiariam com o uso da CAA e os demais acreditam, de modo geral, que ela favorece uma melhor comunicação, estimula a autonomia e promove o pleno exercício de cidadania do sujeito

**4. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através das respostas dos dos participantes observa-se a necessidade de investimentos na formação desse profissional que vem atuando junto aos estudantes com NCC sem o conhecimento da CAA. Entendemos que uma formação específica ampliaria seu conhecimento e aperfeiçoaria suas práticas, garantindo acessibilidade, autonomia e permanência dos alunos público da educação especial nos espaços escolares.

Os objetivos deste estudo foram contemplados, pois identificamos o perfil desses profissionais, o que eles conhecem sobre os recursos das TA e da CAA. Foi possível também evidenciar alguns dos desafios enfrentados por esses profissionais no exercício de sua função no ambiente escolar em relação aos estudantes com NCC. Por meio desta pesquisa, conhecemos um pouco da realidade de onze profissionais, que apesar de serem apenas uma parcela desse grupo tão grande, puderam falar sobre os alguns problemas que permeiam as suas atividades do cotidiano escolar.

Os estudos revelam que é falho o apoio ofertado aos AAEE pelo poder público, a ausência de “remuneração justa” e a formação profissional insuficiente ou inexistente, como as principais e mais recorrentes problemáticas cotidianas dos AAEE. Isso corrobora o fato da maioria dos pesquisados possuir pouco conhecimento sobre a temática das TA e da CAA (Souza, 2023).

Glat et. al. (2012) entendem que a mediação pelo profissional de apoio aparece como uma forma de assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem do estudante com alguma deficiência ou outra condição. As pesquisas têm enfatizado a importância da formação dos AAEE (Glat et al., 2012) e a necessidade de regulamentação da profissão para garantia de direitos e determinação das funções (Lopes, 2021). A literatura tem indicado que essa ausência de regulamentação é resultado de uma política de “barateamento”, sendo a função de AAEE considerada uma alternativa econômica para as redes de ensino (Souza, 2023).

Mendes e Lopes (2021) acreditam que possivelmente isso aconteça como uma forma de estratégia para diminuir os valores investidos nos recursos humanos e nas políticas locais de inclusão escolar. Afinal, muitas vezes os AAEE são as únicas figuras de suporte presente dentro de sala de aula. Isso tem como resultado uma atuação inadequada e, consequentemente, proporcionando práticas que podem ser consideradas como desvio de função.

A presença de um AAEE qualificado está prevista na 2015 e na Lei 3.205 em 2021, bem como o procedimento de adaptação de materiais didáticos e de atividades avaliativas. De acordo com os participantes dessa pesquisa, esses direitos não estão sendo respeitados efetivamente. Frente aos dados deste estudo, ressaltamos a necessidade da criação de diretrizes que enquadrem a mediação profissional de apoio como função profissional. Neste sentido, trazemos em foco a importância de serem realizados mais estudos sobre os AAEE de estudantes com deficiência e NCC, sobretudo na rede pública de ensino, evidenciando problemáticas que permeiam a inclusão escolar na atualidade. O estudo revelou que se faz necessário aprimorar os conceitos teóricos e propor métodos novos para favorecer o desenvolvimento da prática pedagógica dos AAEE.

**REFERÊNCIAS**

BARDIN, L. (2016) Análise de conteúdo. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil; [1977] 2016.

LOPES, M. M., & MENDES, G. E. (2021). Profissionais de Apoio à inclusão escolar: motivos para demandas e atribuições. *Olhar de professor*, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-18, e-19649.087, 2021.

GLAT, R., & PLETCHl, D. (2013) *Estratégias Educacionais Diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. Ed.UERJ.

MOUSINHO, R. et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. Revista Psicopedagogia, São Paulo, v. 27, nº 82, 2010.

NUNES, L. R. O. P.; WALTER, C. C. F. Pesquisa experimental em educação especial. Novas trilhas no modo de fazer pesquisa em Educação Especial, p. 27-52, 2014.

RODRIGUES, R. C. Os efeitos das estratégias comunicativas dos interlocutores: sentenças construídas por usuários de Comunicação Alternativas com Paralisia Cerebral. 2020. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME). Disponível em <<https://educacao.prefeitura.rio/>>. Acessado em 26 de junho de 2023.

TOGASHI, Cláudia Miharu. A Comunicação Alternativa e Ampliada e suas contribuições para o processo de inclusão de um aluno com Transtorno do Espectro do Autismo com distúrbios na comunicação. 2014. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação ProPEd da Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES [↑](#footnote-ref-1)
2. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação ProPEd da Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ. [↑](#footnote-ref-2)
3. Professora Associada do Departamento de Estudos da Educação Inclusiva e Continuada (DEIC) da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e do Programa de Pós Graduação em Educação ProPED-UERJ na linha de pesquisa em Educação Inclusiva e Processos Educacionais. Procientista UERJ. [↑](#footnote-ref-3)
4. Tecnologia Assistiva (TA) é a área responsável em oferecer serviços e recursos a pessoas de todas as idades que tenham necessidades específicas devido a dificuldades motoras, sensoriais, cognitivas ou de comunicação (Togashi; Walter, 2010) [↑](#footnote-ref-4)
5. Pessoas com Necessidades Complexas de Comunicação são aquelas que, devido a uma ampla gama de causas, apresentam restrições e/ou limitações em suas habilidades comunicativas através da fala, que interferem diretamente na sua capacidade de participar de forma independente na sociedade (Rodrigues, 2020). [↑](#footnote-ref-5)